



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**ÉDINA BARBOSA**

**TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA/PR: relações sociais, ambientais  
e o avanço do agronegócio**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2021**

**ÉDINA BARBOSA**

**TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA/PR: relações sociais, ambientais  
e o avanço do agronegócio**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado como requisito parcial para obtenção de  
grau de Licenciada em Interdisciplinar em Educação  
do Campo: Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti.

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2021**

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Barbosa, Édina

Terra Indígena de Mangueirinha PR: relações sociais, ambientais e o avanço do agronegócio / Édina Barbosa. -- 2021.

43 f.:il.

Orientador: Doutorado Fábio Luiz Zeneratti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

1. Agronegócio, Araucária, Terra Indígena, Matas Nativas. I. , Fábio Luiz Zeneratti, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**ÉDINA BARBOSA**

**TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA/PR: relações sociais, ambientais e o  
avanço do agronegócio**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do título de licenciada em Interdisciplinar em Educação no Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
14/10/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Prof. Dr. Fábio Pontarolo  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a Topê (Deus) por ter me concebido a vida, a paciência; nos meus momentos de anseio a coragem para seguir, as motivações, e também as pessoas envolvidas que por alguma razão, me ajudaram e me auxiliaram a chegar até aqui.

Agradeço a minha mãe, Delair Barbosa, por contribuir nesse momento com suas histórias, suas angústias e suas preocupações com nossas araucárias, quando em sua fala ela menciona que, “aqui era tudo pinheiro”, e por compreender sobre a importância da conscientização do nosso povo, que de certo modo, por esses e outros motivos me motivaram a desenvolver esta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Fábio Luiz Zeneratti, o qual, em meu primeiro dia na universidade me admirei por sua gentileza, pelo seu conhecimento e pela humildade de seu coração. Por ter tido paciência, quando em algum momento demorei enviar meu trabalho para correções, pelas suas preocupações, pelas nossas conversas, mesmo por celular, e pela disponibilidade do seu tempo em aceitar ser meu orientador, e que de certo modo, acreditou na minha competência e me motivou, muitas vezes por mensagens, a chegar até aqui.

Também venho agradecer aos envolvidos no meu curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, pela dedicação, pelo aprendizado, pelas nossas aulas ao ar livre, e pelo vínculo que criamos enquanto professores e educandos, e por despertarem em mim o senso crítico.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) pela oportunidade que nos concebeu, em ingressar numa universidade pública e federal, enquanto indígena.

Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) pela disponibilidade do acolhimento, pelas comidas, e principalmente por todas as lembranças e convívio que nós, enquanto educação do campo, criamos com os demais estudantes. Sentirei eternamente saudades de tudo que vivemos e das boas lembranças.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação dos povos Kahngág e Guarani Mbya da Terra Indígena de Mangueirinha, estado do Paraná, com a natureza, em especial com as matas de araucárias. Apresenta em sua temática abordagens que permitem compreender o processo de abertura de novas áreas para agricultura na Terra Indígena e o avanço do agronegócio sobre as matas nativas. A metodologia da pesquisa consistiu no estudo bibliográfico e na realização de entrevistas semiestruturadas. Perante a isso, esta pesquisa demonstrou a relação dos indígenas da área de estudo com a natureza, destacando as modificações que estão acontecendo na Terra Indígena com a entrada do agronegócio.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Araucária. Terra Indígena. Matas Nativas.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the relationship of the Kahngág and Guarani Mbya peoples of the Indigenous Land of Mangueirinha, state of Paraná, with nature, especially with the Araucaria forests. Its theme presents approaches that allow us to understand the process of opening up new areas for agriculture in the Indigenous Territory and the advance of agribusiness over native forests. The research methodology consisted of a bibliographic study and the application of semi-structured interviews. In light of this, this research demonstrated the relationship between the indigenous peoples of the study area and nature, highlighting the changes that are taking place in the Indigenous Land with the entry of agribusiness.

**Keywords:** Agribusiness. Araucaria. Indigenous Land. Native Woods.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 01:</b> Localização da Terra Indígena Manguueirinha.....	13
<b>Figura 01:</b> Vista panorâmica da Mata de Araucária, município de Chopinzinho.....	15
<b>Figura 02:</b> Fotografia de Ângelo Cretã.....	19
<b>Figura 03:</b> Fotografia da propriedade do entrevistado 01 em dia de colheita mecanizada do milho – TI de Manguueirinha.....	31
<b>Figura 04:</b> Fotografia de um trator esteira limpando uma área queimada na TI de Manguueirinha.....	33
<b>Figura 05:</b> Fotografia de uma área queimada na TI de Manguueirinha.....	34
<b>Figura 06:</b> Fotografia da horta na TI de Manguueirinha.....	35



## **LISTA DE SIGLAS**

AP – Antes do Presente

APROINMA – Associação dos Produtores Indígenas de Mangueirinha

APROLISO – Associação de Produtores Indígenas do Passo Liso

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PR – Paraná

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TI – Terra Indígena

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. A TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS.....</b>	<b>13</b>
<b>3. O INDÍGENA, A TERRA E A NATUREZA: TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA EM DEBATE.....</b>	<b>22</b>
<b>4. TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA E O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO.....</b>	<b>30</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>41</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação dos povos indígenas da Terra Indígena de Mangueirinha (TI), Kanhgág e Guarani Mbya, com a natureza. Neste sentido, busca identificar a presença do agronegócio na TI, assim como, se isso tem levado ao desmatamento e às queimadas, atingindo especialmente as matas de araucárias.

Os objetivos específicos foram delimitados da seguinte forma: entender o Bioma Mata Atlântica e sua importância para os povos indígenas; destacar a história de luta indígena em busca de seu território; compreender a relação dos indígenas com as queimadas e desmatamentos dentro da comunidade; e, verificar se a destruição das matas de araucárias está diretamente ligada à abertura de novas áreas agrícolas destinadas ao agronegócio.

O motivo pelo qual escolhi este tema de pesquisa é devido ao fato de morar na Terra Indígena de Mangueirinha e presenciar acontecimentos que me trazem reflexões sobre a relação dos povos indígenas com a natureza. Neste sentido, o meu tema refere-se à busca pela preservação das matas nativas.

A escolha do tema deste trabalho de pesquisa surgiu a partir do momento que me dei conta que uma parte dos indígenas não está preocupada com o meio ambiente, não reconhecem a importância do bioma Mata Atlântica em que vivem como fonte de vida para as futuras gerações.

Além disso, levando em consideração que a mata de araucária é considerada pela população regional como uma importante reserva de pinheiros, entendemos que ela não está sendo cuidada e preservada pela maioria dos indígenas de Mangueirinha como deveria. Pois, as consequências do desmatamento, queimadas e principalmente por conta de aberturas de áreas para lavouras são preocupantes e interferem na identidade do indígena, no ambiente e também na realidade na qual vivem.

No que se refere à metodologia da pesquisa, esta consistiu no estudo bibliográfico e na pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas. No segundo semestre de 2021 foram entrevistadas três famílias, todas de moradores da TI de Mangueirinha. A escolha das famílias se deu considerando a relação da pesquisadora com os moradores, ou seja, os escolhidos são famílias as quais a pesquisadora tinha certo contato, ademais todas desenvolvem atividades agrícolas relacionadas ao tema da pesquisa.

Os indígenas já haviam sido vacinados contra a COVID-19 na ocasião da pesquisa, o que permitiu que as entrevistas acontecessem presencialmente, mas mantendo todos os protocolos de segurança (distanciamento físico, uso de máscaras e álcool em gel). Contudo, os trabalhos de campo foram prejudicados pela Pandemia, durante os trabalhos aconteceu aumento no número de caso de COVID-19 na TI, o que exigiu paralisar momentaneamente os trabalhos. Além disso, a pesquisa de campo coincidiu com o período eleitoral para escolha de Cacique, limitando a disposição dos indígenas em participar da pesquisa.

A análise dos dados é de base qualitativa, fundada nas informações obtidas em trabalho de campo na Terra Indígena. No campo foi possível observar elementos centrais para a pesquisa e compreender o ambiente natural e suas transformações. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) “o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 128).

Por fim, cabe destacar que este trabalho está dividido em três capítulos, os quais buscam apresentar ao leitor(a) a história e a geografia da Terra Indígena de Mangueirinha, estado do Paraná.

No primeiro capítulo, com o subtítulo “A Terra Indígena de Mangueirinha: Características Históricas e Geográficas”, é apresentada uma importante pesquisa bibliográfica sobre a formação da TI de Mangueirinha, destacando a história de vida de Ângelo Cretã. Além disso, também demonstra as principais características da paisagem da Terra Indígena, formada a partir do bioma Mata Atlântica, com predominância das araucárias.

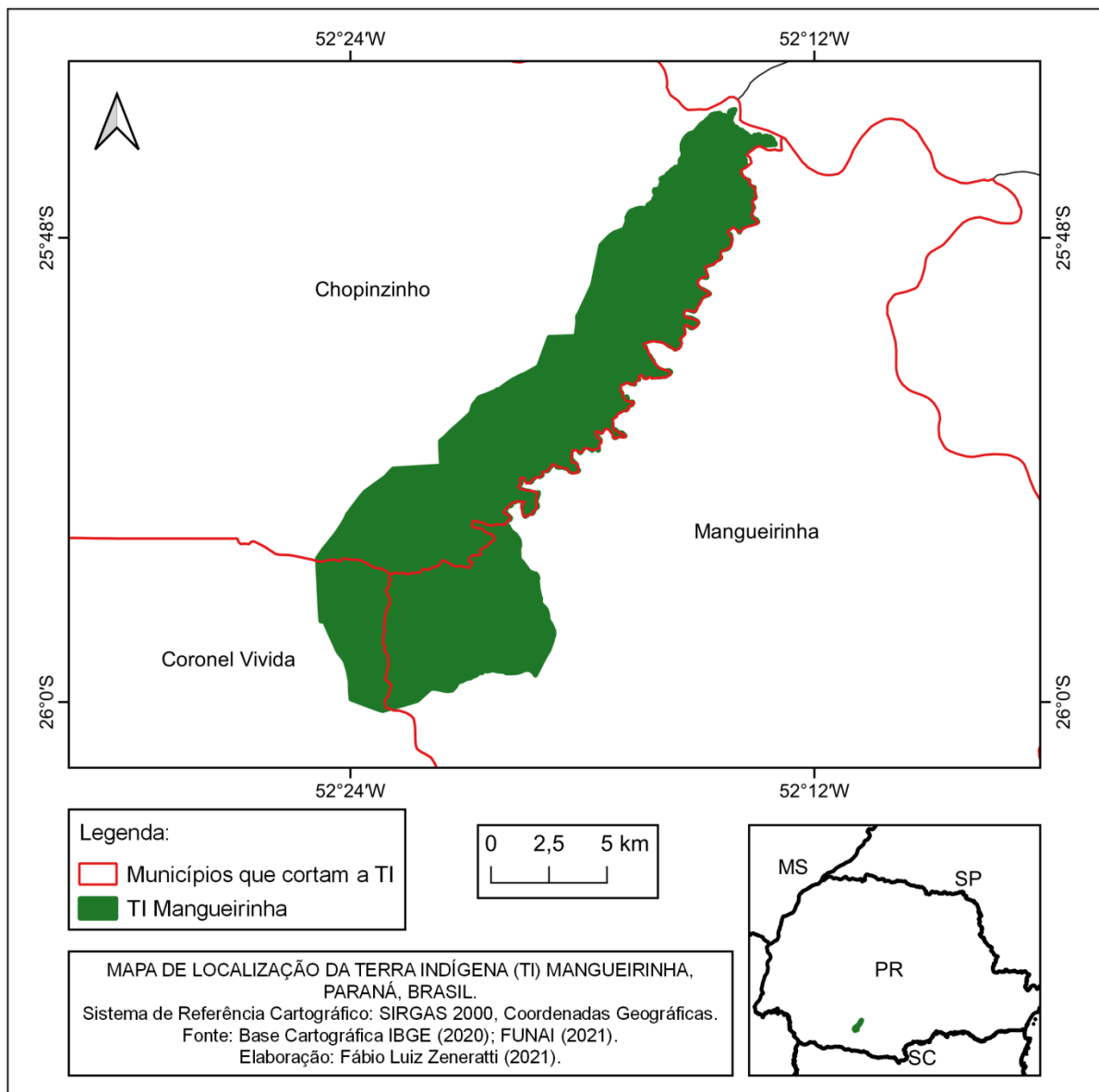
Em sequência, no segundo capítulo, intitulado “O Indígena, a Terra e a Natureza: Terra Indígena de Mangueirinha em Debate”, enfatizar-se a importância do território para o indígena e a relação do indígena com a natureza. O ponto de partida é a visão dos povos indígenas, e também do não indígena, sobre a natureza.

No último capítulo, sobre a “Terra Indígena de Mangueirinha e o Avanço do Agronegócio”, destaca-se os processos histórico pelo qual o agronegócio passou no Brasil e como ele tem avançado sobre a TI de Mangueirinha. Considera-se o período da Revolução Verde como um marco histórico central na consolidação da agricultura capitalista no país, contribuindo para a generalização do modelo de produção agrícola tecnológico e dependente de insumos industriais.

## 2. A TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS

A Terra Indígena (TI) de Mangueirinha está localizada nos municípios de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida, na Região Geográfica Sudoeste Paranaense (IPARDES, 2021), na bacia do rio Iguaçu, pertencente ao bioma Mata Atlântica, com uma cobertura de vegetação predominante de floresta Ombrófila Mista, ou mais conhecida como mata das araucárias. No Mapa 01 é possível identificar a localização da terra indígena.

**Mapa 01 – Localização da Terra Indígena Mangueirinha**



Com 17.240 hectares, a TI Mangueirinha é formada por sete aldeias: Passo Liso (Trevo), Mato Branco, Paiol Queimado, Água Santa, Palmeirinha do Iguaçu, Aldeia Sede e a Divisa, com cerca de 2.100 habitantes, da qual forma em torno de 500 famílias, sendo elas oriundas das etnias Kanhgág e Guarani M'bya.

A paisagem da TI Mangueirinha é conhecida pelos indígenas como mata preta ou pinhal preto. As matas da TI estão “vinculadas aos planaltos ondulados da vasta hinterlândia do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde predominam climas temperados úmidos, de altitude” (KATZ, MENDONÇA, 1996-1997, p. 102). São as matas da floresta Ombrófila Mista, com presença das araucárias (*Araucária angustifolia*), uma vez que está localizada no bioma Mata Atlântica: “Um cenário de marcante originalidade ecológica, que se distancia da paisagem dos cerrados centrais [...] estendendo-se por toda a fachada tropical-atlântica do país.” (KATZ, MENDONÇA, 1996-1997, p. 101).

Composta por diversas espécies de árvores e habitada também por diversas espécies animais. Dentro da região de araucária existem ademais diferentes distribuições e concentrações de espécies. As áreas de florestas ainda são interrompidas por ilhas de campos nativos, geralmente em altitudes acima de 1.000 metros. (NODARI; CARVALHO, 2015, p. 296).

Também há outras espécies de árvores como a Bracatinga, o Angico, Pitanga, Maria-preta, Andrade, Guabioba, Imbuia (espécie em extinção), Jabuticaba e a Erva Mate que predominam sobre a comunidade indígena. Nas matas também são encontrados outras espécies de vegetais, como: xaxim (risco de extinção), cipós, cedros, ipês, canelas, taquaras, bambus, plantas ornamentais, várias espécies de flores, entre outros; como afirma o inventário florestal nacional da terra indígena de Mangueirinha, “[...] foram identificadas entre árvores, arbustos, palmeiras, lianas e ervas, o total de 276 espécies distribuídas em 204 gêneros e 81 famílias botânicas.” (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2019. p. 35).

Na Figura 01 é possível visualizar o tipo de vegetação predominante na Terra Indígena de Mangueirinha, com destaque para as araucárias.

**Figura 01:** Vista panorâmica da Mata de Araucária, município de Chopinzinho



**Fonte:** Município de Chopinzinho, 2020.

Na TI de Mangueirinha também há presença de muitos animais, como afirmam Nodari e Carvalho (2015, p. 296). As matas de araucária são “[...] habitadas também por diversas espécies animais. Dentro da região de araucária existem ademais diferentes distribuições e concentrações de espécies”, como os veados, tamanduás, capivaras, macacos, variedades de pássaros, antas, porcos do mato, quatis, jaguatiricas, e também onças pintadas.

Ao se referir às matas de araucárias é necessário compreender seu processo histórico numa perspectiva de longa duração, como destacam Nodari e Carvalho (2015). De acordo com os autores “a floresta com araucária é legalmente incluída no bioma Mata Atlântica, embora seja reconhecida a grande diferença entre os diversos ecossistemas que compõe o bioma” (NODARI; CARVALHO, 2015, p. 310). Ela engloba outros ecossistemas, colaborando também em diferentes tipos de diversidades. Entretanto, ao se referir às matas de araucárias, é importante destacar que as matas abrangem todos os estados do sul, historicamente estavam presentes em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e também em São Paulo, desde meados do século XIX, onde ocupavam cerca de 250.000 km<sup>2</sup> dos planaltos do sul/sudeste do Brasil, em áreas acima de 500 metros de altitude (NODARI; CARVALHO, 2015, p. 296).

Portanto, ao fazer uma escala de tempo para compreender o processo de expansão das araucárias sobre vastas regiões do Brasil é necessário considerar a

escala de longa duração, a qual demonstra que as araucárias estão presentes no mundo há cerca de 251 milhões de anos, período em que todos os continentes estavam unidos.

De acordo com Dutra e Stranz (2003 *apud* NODARI; CARVALHO, 2015, p. 300) “a história das Araucariáceas, o grupo mais primitivo de coníferas ainda vivas, inicia logo após a maior das extinções presenciadas pelo planeta”. Visto que foi nessa época em que surgiram as primeiras coníferas (da qual as araucárias fazem parte) de grande porte e com afinidades com os grupos modernos, seres que acompanharam a evolução e extinção dos dinossauros, o que define de fato que há milhões de anos, as araucárias veem se adaptando há diversas mudanças (DUTRA; STRANZ, 2003 *apud* NODARI; CARVALHO, 2015, p. 300).

No entanto em uma escala de tempo mais detalhada, as mudanças pelas quais as matas de araucárias vem passando no sul do Brasil, vem ocorrendo desde os últimos 40 mil anos. No sul do Brasil neste período de tempo, a paisagem que existia, era totalmente diferente da qual temos hoje.

Na época o planeta passava pelo seu mais recente período glacial, que durou entre 110.000 e 11.600 anos atrás. No período de expansão máximo da última glaciação, há cerca de 20 mil anos atrás, gigantescas capas de gelo cobriam imensas áreas do planeta, como o Atlântico Norte. (NODARI; CARVALHO, 2015, p. 302).

Isso implica que o planeta estava em fase de modificação há 20 mil anos atrás, as temperaturas eram extremamente baixas, como aponta o texto, o planalto da serra gaúcha media em torno de 5 a 7° C, com mínimas chegando a medir -10° C. E em baixas temperaturas era impossível que existissem florestas de araucárias como as paisagens que temos hoje, as florestas não existiam naquele período. No entanto as condições climáticas no Brasil só chegaram a ser mais propícias em 11.000 anos, mas ainda as condições não estavam aptas, pois a média pluviométrica era abaixo dos 1.400 mm e um período de seca que durava três meses, o que de fato, dificultava a expansão e reprodução das araucárias (NODARI; CARVALHO, 2015, p. 304). Contudo, foi somente a partir de 4.320 AP (Antes do Presente) que as condições climáticas favoreceram para que as matas de araucárias se expandissem sobre os planaltos. Katz e Mendonça (1996-1997, p.103) afirmam que:



A composição dessa paisagem de planaltos subtropicais, dominados por araucárias e eventuais campos de altitude, não foi simples. Os estudos paleoclimáticos disponíveis apontam para um quadro anterior, onde predominavam estepes geradas em condições muito secas e bem mais frias. Um cenário que envolvia solos sub-rochosos [...] com ausência de presenças de araucárias. (KATZ, MENDONÇA, 1996-1997, p. 103).

Outro fator importante que também possibilitou na expansão das matas de araucárias, foi justamente o início das primeiras civilizações, onde os indígenas da tradição Taquara/Itararé favoreceram o crescimento das matas de araucárias. Através da realização de estudos palinológicos e arqueológicos Iriarte e Behling (2007, p. 121) afirmam que:

Os dados mostram que a colonização do planalto sul-brasileiro pela Tradição Taquara/Itararé foi fortemente associada com a expansão marcante da floresta com araucária durante o período final do Holoceno. [...] Como a floresta com araucária começou a se expandir no planalto, grupos pré-hispânicos podem ter sido motivados a migrar [...] para coletar pinhões nas áreas de produção concentrada. (IRIARTE; BEHLING, 2007 *apud* NODARI; CARVALHO, 2015 p. 306).

Com isso é importante ressaltar que esta tradição dos indígenas Taquara/Itararé é datada desde 2.200 AP até os dias de hoje, sendo assim, um dos povos indígenas mais antigos existentes, e que contribuiu na expansão das matas de araucárias, através da disseminação de plantas há vários anos.

Ao analisar este ponto, compreendemos que os povos indígenas anteriores dos Taquara/Itararé por volta de 4.320 AP, tiveram um papel de grande importância na formação das matas de araucárias. E ao longo dos anos, até os dias atuais, o papel do indígena ainda está associado na reprodução e na preservação desses espaços naturais, que até então contém vários significados, de resistência e histórias de determinado povo, como por exemplo a TI de Mangueirinha.

O período de formação da TI de Mangueirinha aconteceu por volta do ano de 1903, ano em que ocorreu o uso do trabalho dos indígenas (mão de obra) na construção da rodovia de chopinzinho, em troca os indígenas que habitavam as terras de Mangueirinha receberam a escritura da terra por parte do governo estadual, por terem prestado serviços na construção da rodovia para os militares na região do sudoeste paranaense.

Entretanto, em 1940 o governo do Paraná dividiu a terra em três glebas, uma parte destinada ao povo Guarani, outra aos Indígenas Kanhgág e a terceira para os

projetos agrícolas da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que logo foi cedida para o grupo empresarial F. Slavieiro Comércio e Indústria de Madeiras, que por durante anos, passou a explorar a terra indígena e a expulsar famílias que residiam na comunidade.

Como a terra havia sido garantida aos indígenas em 1903, a atuação deste grupo empresarial explorando a terra e seus recursos naturais, gerava nos indígenas o sentimento de estarem sendo explorados e não ganhavam quase nada em troca de seu serviço. Então, através de seu líder maior, Ângelo Cretã, foi possível que lutassem contra esta empresa e os expulsassem de suas terras, assim garantido a permanência do direito à terra pelos indígenas.

Em 1940 foi o período em que foi criado na comunidade indígena, o posto indígena Cacique Capanema, que por regime de autoridade, substituiu o poder de José Capanema como cacique, fruto da política indigenista do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Esta mesma política indigenista do Estado brasileiro que transformava antigos aldeamentos, também trazia consigo outras implicações sociais que afetavam os indígenas. A partir deste momento histórico, lideranças indígenas tradicionais (como o cacique Capanema) perderam espaço político para os “chefes de Posto”, que passaram a impor sua autoridade sobre os “povos tutelados”. Neste período funcionários brancos dirigiam a vida das comunidades indígenas “pacificadas” e confinadas em pequenas porções de terra pelo Serviço de Proteção ao Índio (SOUZA CASTRO, 2011, p. 26).

Este contexto vai durar até 1970, quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passa a defender os direitos territoriais dos indígenas do grupo Slavieiro sobre o poder da Terra Indígena de Mangueirinha. Em 1994 estudos antropológicos comprovaram a ocupação tradicional e o direito à terra dos indígenas Kanhgág e Guarani Mbya.

Com isso Ângelo Cretã (1942-1980) na sua trajetória de vida, lutou contra os processos gerados pelo governo da ditadura militar, em plena vigência do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas. Ao lado de seu povo, sentiu o peso dos acontecimentos, como por exemplo, toda devastação ambiental sobre o território indígena e também a tutela do governo sobre os indígenas.

Contudo, falar desse processo, um cenário de luta pelo reconhecimento do território indígena, exige destacar o papel da principal liderança desta luta em Mangueirinha. No dia 12 de dezembro de 1942, nasceu o líder que reivindicou o

direito a posse da terra para os indígenas de Mangueirinha, e também para outras terras indígenas do sul do Brasil. Ângelo dos Santos Souza Cretã (Figura 02), filho de Balbina da Luz Abreu dos Santos, filha de Maria Joaquina de Abreu que era irmã do atual cacique da época de seu nascimento José Capanema, e seu pai Gentil José de Souza Pinto, seu pai legítimo era “branco”, não era indígena assim como sua mãe. A filiação oriunda de sua mãe vinha da linhagem dos indígenas da etnia kanhgág, que formavam famílias moradoras das terras dos pinheirais (TI Mangueirinha) (SOUZA CASTRO, 2011, p. 21).

**Figura 02:** Fotografia de Ângelo Cretã



**Fonte:** Acervo do Museu Paranaense.

Em uma dissertação de mestrado é citada uma fala de Balbina da Luz Abreu dos Santos, que afirmava que seu povo já habitava as terras dos pinheirais desde a chegada dos portugueses. E ainda menciona que, seu avô e seus parentes, foram quem demarcaram as divisas de suas terras com as terras dos não indígenas, desde a cabeceira do rio Lajeado Grande até o atual rio Iguaçu (SOUZA CASTRO, 2011, p. 21). Mesmo quando Ângelo Cretã era jovem, acompanhou todo o processo de segregação que foi imposto sobre seus parentes e a violação das terras indígenas pelo governo brasileiro.

Com isso ao analisar o período em que Ângelo Cretã nasceu se faz um panorama de vida da qual a maioria dos povos indígenas se encontravam, pois havia vários aspectos semelhantes que vinham encontrando, tais como: histórias de dominação e a resistência dos indígenas na retomada de seus territórios.

Por isso a importância de se aprofundar na história de Ângelo Cretã, visto que, como líder indígena, foi também o primeiro vereador indígena eleito no município de Mangueirinha, no ano de 1976. Um marco para todos os indígenas do sul do Brasil, principalmente por ter lutado em seu tempo de vida, na retomada do direito e acesso ao território. Portanto, ao se aproximar da trajetória de vida e militância política de Ângelo Cretã, nos associamos diretamente a Terra Indígena de Mangueirinha em seu sentido histórico.

Por fim, cabe destacar que ao referir-se aos povos indígenas, a primeira concepção de mundo que vem a mente da maioria das pessoas é referente ao meio ambiente, como por exemplo, a maneira como os indígenas se relacionam com ele: preservando e vivendo das matas e das águas que lutaram para conquistar. Porém, prevalece à visão de mundo limitada e rasa sobre a realidade do indígena, a maioria das pessoas “compreende” que os indígenas só vivem dos recursos que a natureza oferece (caça, coleta e pesca), descartando todo o conhecimento que os indígenas têm em relação ao uso da terra (cultivo), com isso, sem perceber, também reforçam o esquecimento dos “saberes” de vários povos indígenas.

Assim, ao referir-se ao esquecimento dos saberes indígenas, é envolvido todo tipo de conhecimento que os indígenas têm sobre diversos aspectos, sendo um deles o principal nesta pesquisa, os tipos de exploração agrícola.

Iriarte e Behling (2007, p. 124) identificam que “[...] (a partir de 4.320 AP) [...] grupos humanos (no caso, anteriores a tradição Taquara/Itararé) já estavam praticando agricultura de coivara.” Os autores nos levam a compreender que há muitos anos os povos indígenas já vinham usufruindo na domesticação e reprodução de sementes para sua subsistência. E também sustentam que em análises palinológicas coletadas no Rio Grande do Sul (RS) em aproximadamente 1783, era possível determinar que já havia criação da pecuária na região (IRIARTE; BEHLING, 2007 *apud* NODARI CARVALHO, 2015. p. 307).

Em vista disso, estes meios importantes de subsistência são usados até os dias de hoje, principalmente como uma das fontes de rendas das famílias da TI Mangueirinha. Atualmente as principais atividades econômicas na TI são a agricultura e também a criação de alguns animais, sendo que esta a maioria dos indígenas não tem como manter em grande escala, somente algumas famílias. E também da exploração florestal, na maioria das vezes, ilegais.

As principais culturas plantadas na TI de Mangueirinha são o milho, feijão e principalmente a soja. A maioria destes alimentos é armazenado em galpões das famílias para que no próximo plantio não seja necessário comprar as sementes, a outra parte (em grande escala e lucrativa) é vendida nas cooperativas das cidades de Coronel Vivida e Chopinzinho, como na San Rafael e também na Coasul.

Há também outros alimentos que são plantados nos arredores das moradias de algumas famílias para subsistência, como hortaliças, mandioca, batata doce e também frutas. Há ainda a criação de alguns animais para consumo, como porcos, galinhas e boi. Em vista disso, cabe salientar que não são todas as famílias que têm condições para manter criações ou lavouras, pois sua renda não cobre com todos os gastos.

Apesar de existir associações dentro da TI Mangueirinha, como a Associação dos Produtores Indígenas de Mangueirinha (APROINMA) e a Associação de Produtores Indígenas do Passo Liso (APROLISO), elas não arcam com os custos e serviços da maioria dos indígenas. Pois, são somente beneficiados aqueles com grande extensão de lavouras, ou aqueles com certo grau de parentesco com as lideranças, ou seja, mesmo tendo sido criadas para realizar cultivos e prestar serviços à comunidade, não atingem este objetivo. Ademais, são essas associações que administram os recursos advindos do ICMS Ecológico, que são repassados pelas prefeituras de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho, destinados às áreas que possuem reservas florestais de conservação no Paraná (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2019. p. 21).

### 3. O INDÍGENA, A TERRA E A NATUREZA: TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA EM DEBATE

O levantamento bibliográfico desenvolvido para esta pesquisa, sobre as queimadas, o desmatamento, a preservação das matas nativas e o avanço do agronegócio na Terra indígena de Manguaerinha, estado do Paraná, indica ausência de pesquisas que relacionam o indígena como um dos possíveis causadores do desmatamento. Por outro lado, se encontram vários documentos com relatos de que os indígenas se destacam pela valorização do seu território, por ser considerado sagrado e por ter pertencido a seus parentes passados, que seguindo de geração para geração, os deixaram para que os cuidassem para seus filhos, além disso, mencionam que ao cuidar, ao zelar da natureza, ela retribui produzindo alimentos.

Quando tratamos sobre a importância do território para o indígena, não nos referimos somente porque o território é importante para a subsistência, mas sim porque o território indígena é mais que isso. Representa um espaço denso em questões místicas, simbólicas e culturais para todos os povos indígenas, conforme afirma Luciano (2006, p.101): o “território portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva.”

Neste sentido o autor destaca ainda que:

Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada (LUCIANO, 2006, p. 101).

Ao analisar estas afirmações, nota-se a relevância da relação do homem em si, com a natureza, em vista disso, ao falar sobre a relação do indígena com a natureza, é evidente que o modo como o indígena compreende a natureza é diferente da concepção de visão do não indígena.

Entretanto, ao estudar essas duas maneiras de ver o mundo a partir de um indígena e de um não indígena, nota-se como cada um se relaciona com ela. O processo pelo qual o homem branco se relaciona com a natureza é em achar meios para se apropriar dela, de seus recursos naturais. Claro, neste caso engloba vários

aspectos, um deles a sobrevivência. Estas ações não podem ser consideradas como erradas, porque o ser humano em si depende desses recursos para sobreviver.

Mas, quando passam a agredir a natureza, tirando em grande escala tudo que tem a oferecer, a situação muda, ainda mais com o objetivo de gerar lucro e acumulação capitalista. Nos dias de hoje, a relação entre sociedade e natureza, estão pautadas no modo de produção capitalista, e o indígena adotou esta ideia como qualquer outra pessoa. No entanto, a forma como o capitalismo se manifesta dentro das terras indígenas é gerada a partir da exploração dos recursos naturais, agredindo principalmente o meio ambiente e também a relação do indígena com a natureza.

Embora a maioria das etnias indígenas mantenha equilíbrio com o ecossistema, a influência que veem sofrendo pelo homem branco está implantada desde a colonização, ou seja, no período de vigência da lei de sesmarias, primeiro instrumento para ter acesso às terras, onde as terras eram bloqueadas para pessoas que não fossem os senhores do poder (ZENERATTI, 2017), ou seja, os indígenas não são reconhecidos em seus territórios.

Muitos povos indígenas tem a natureza como sagrada e a tratam como um Deus em relação aos espíritos e as crenças de sua cultura, “os povos indígenas têm conservado a visão comunitária e sagrada da natureza. Por isso, as montanhas, os lagos, os rios, as pedras, as florestas, os animais e as árvores têm um alto significado.” (LUCIANO, 2006, p.101).

Com isso, se analisa que os povos indígenas tem um papel importante com a natureza, mas também em questões ligadas a sua cultura e na influência de como veem o mundo. Porém, ao longo dos anos com a influência da cultura dos não indígenas presente em seu cotidiano, a mesma, perde seus valores, costumes, línguas e crenças.

Laraia (2001, p. 50) afirma que “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”. Ao compreender esta afirmação, é verdadeiro que a forma como a cultura indígena de Manguairinha vem se transformando é lenta, mas progressiva. Como os próprios indígenas mais velhos contam em suas falas, está ocorrendo uma grande perda de seus costumes. Ainda contam que usufruíam da natureza, somente o necessário para sobrevivência, e ao observar nos dias de hoje, dizem que os próprios indígenas, mais parecem

“gafanhotos”, ou seja, no linguajar dos mais antigos quer dizer que saem comendo tudo que verem pela frente. E realmente é o que vem acontecendo, realidade apreendida pela pesquisadora na vivência cotidiana na terra indígena.

Com o passar dos anos e com as mudanças constantes da sociedade, os indígenas também mudaram, só que deixaram para trás muito de sua cultura, alguns hábitos se perderam, muito do que acreditavam. Simplesmente pelo seu contato com o não indígena e principalmente pela maneira como pensam e agem sobre situações, e nisso adotaram para si, essa visão de mundo, a partir do pensamento do não indígena.

Um exemplo é sua relação com a terra, parte dos indígenas aderiu a exploração da terra, houve uma influência do pensamento capitalista do homem branco sobre o modo de pensar de alguns indígenas, e com isso não produzem o necessário para sobrevivência, ou para a troca como era feito antigamente, mas para a comercialização, a venda da produção.

Como afirma Souza (2013, p. 38) quando as estratégias de espoliação (monopolização do território) não mais se configuram como possíveis, torna-se ainda necessário colocar as terras indígenas no circuito produtivo via apropriação fundiária (territorialização do monopólio). Na TI de Mangueirinha o que se verifica é que está acontecendo a inserção das terras no circuito produtivo por meio da monopolização do território, onde os indígenas passam a produzir sem perder a terra. Mas, como demonstra o autor, quando isso não é mais possível, pode acontecer a territorialização do monopólio, neste caso, a terra passa para as mãos dos brancos, dos capitalistas, que passam eles mesmos explorar a terra, levando a perda do território indígena.

Este é o sentido da exploração da terra indígena, inseri-la nos circuitos produtivos. Contudo, a incorporação das terras implica também na incorporação dos sujeitos indígenas aos sentidos e valores econômicos capitalistas (SOUZA, 2013, p. 38).

Ademais, como afirma Zeneratti (2017, p. 442) a terra não pode ser produzida, é um bem natural, porém, o modo de produção capitalista ao dominar agricultura também domina a terra, com isso é facultado ao proprietário a condição de extrair mais-valia dos trabalhadores, seja diretamente na condição de capitalista, seja indiretamente na condição de proprietário que obtém renda.



A utilização da terra com fins de produção de mercadorias está em contraposição à visão de mundo do povo indígena, pois além de prejudicar as gerações futuras, também prejudicam o meio ambiente. Sobre isso Schwingel, Laroque e Pilger (2014, p. 34) afirmam que: “a terra é vista pelos Kaingang como a grande mãe e, sendo assim, não pode ser explorada. Não se explora uma mãe, não se vende uma mãe. A terra é a mãe que cuida dos Kaingang e assim também é por eles cuidada”.

O conceito de “Mãe-Terra” é encontrado em várias formas de como os indígenas se relacionam com a natureza, há várias etnias que acreditam nos espíritos da natureza e se conectam com ela através de rituais. Como afirma os autores Hãhãhãe e Kayapó (2014, p. 16) em Memória da Mãe Terra: “Para todos nós indígenas, a mãe terra é um ser vivo que vem fortalecer toda humanidade. É da terra que temos todos os ensinamentos fortes, o poder de sobreviver.”

Ao citar esta afirmação nos deparamos com a importância que os povos indígenas dão à natureza, pois a tratam como prioridade, da qual necessita de cuidados para que possa retribuir, assim não exploram de maneira que possa agredi-la e também não usufruem do que ela dá por meio de acumulação e de lucro pelos materiais que ela fornece. Segundo os autores Hãhãhãe e Kayapó em Memória da Mãe Terra: para o não indígena “[...] O sagrado está no egoísmo e na ganância. Em última instância, o sagrado pactuado no mundo desencantado está na destruição da provedora da vida: a Mãe-Terra.” (HÃHÃHÃE; KAYAPÓ, 2014, p. 14).

Entretanto a maneira como estes indígenas agem e pensam em relação com a natureza e com o ambiente, é totalmente diferente da maneira como a maioria dos indígenas de Mangueirinha age, pois em primeiro lugar pensam no bem-estar da terra considerada por eles como “mãe”. Em Mangueirinha, a natureza sofre com a retirada da madeira, a exploração através do extrativismo, o desmatamento e as queimadas. Nota-se que a etnia é a mesma, mas a relação que ambas tem com o meio ambiente é diferente. Pois, nem todas agem da mesma maneira como seu povo deixou os ensinamentos, a cosmologia, a importância da natureza com a vida, e assim por diante, sempre mantendo equilíbrio com a natureza.

Na Terra Indígena de Mangueirinha uma parte dos indígenas adotaram alguns meios para “fazer dinheiro”, e acabaram esquecendo-se das lutas e também dos motivos que levaram a garantia e direito sobre a terra para eles mesmos.

Como afirma o autor Luciano (2006, p. 101):

A terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas, em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios.

Dentre esses vários aspectos sobre a importância da terra para todos os povos indígenas, é importante destacar o que os indígenas de Manguairinha priorizam no seu território.

Segundo os dados do Inventário Florestal Nacional da Terra Indígena de Manguairinha:

[...] a maioria dos entrevistados citou expressões genéricas como "cuidar, proteger e plantar" (68%) e "não queimar, cortar ou reduzir áreas de floresta" (33%). [...] ainda 4% acreditam que é importante a fiscalização das áreas de florestas [...]. (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2019. p. 62).

Estes dados nos mostram a importância e a preocupação que a maioria dos indígenas tem com a natureza, apesar das controvérsias. Tanto que muitos deles acreditam que as queimadas e desmatamentos causam mudanças climáticas, e que isso afeta principalmente o plantio, quando de fato a situação é outra, afeta a natureza em primeiro lugar.

Por outro lado, tem aqueles que pensam diferente. Apesar de não terem muitos conhecimentos sobre climatologia e os impactos dos desmatamentos e queimadas sobre o meio em que vivem, alguns indígenas mostram preocupação com as áreas de mata quando ocorrem alguns desses acontecimentos. A vista disso, compreende-se que algumas famílias dependem financeiramente dos recursos da natureza, como por exemplo a taquara. Utilizada como principal matéria prima para a fabricação de artesanatos como, o balaio, cestos, fruteiras, peneiras entre outros.

Diante disso, observa-se que estes acontecimentos (desmatamento e queimadas) derivam do avanço do agronegócio sobre a terra indígena, pois surgem constantemente para a abertura de áreas agrícolas. De fato é mais fácil para que o agronegócio avance, pois a maioria das terras indígenas estão localizadas em áreas associadas a solos férteis. Como afirma Silva (2018, p. 05): "Na base dos conflitos de terra no Brasil está o interesse capitalista da burguesia agrária pela exploração da grande riqueza natural existente nas terras ainda ocupadas por indígenas [...]".

Como se pode notar, nem todos pensam da mesma maneira na TI de Manguairinha, neste caso, a participação das lideranças e do cacique com a

comunidade é essencial para o desenvolvimento e para a conscientização dos indígenas, pois demonstram segurança e autoridade no que falam e no que fazem.

Isto é o que deveria ser realizado dentro da Terra Indígena de Mangueirinha, conscientizar, para que os atos não ocorressem com frequência, pois além de prejudicar o meio ambiente, é prejudicial à saúde, à vida dos animais, das plantas em extinção e principalmente no contato do povo indígena com a natureza para a construção de sua identidade cultural. Sobre isso destaca o autor Carlos Frederico Marés de Souza Filho, em seu livro “O Renascer dos povos indígenas para o direito” (2012, p. 122, grifos nossos) que:

A ocupação tradicional é definida na Constituição e trata-se das terras habilitadas pela comunidade em caráter permanente, das utilizadas para suas atividades produtivas, das imprescindíveis a *preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e das necessárias à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.*

Na Terra Indígena de Mangueirinha a área é rica em biodiversidade de várias espécies. Apesar das matas estarem sofrendo grandes ameaças de exploração, outro fator existente, está relacionado com o habitat dos animais que também são atingidos pelos resultados dos desmatamentos de áreas próximas da TI, e principalmente dentro da TI de Mangueirinha. Todavia ao entrar neste assunto bastante amplo e complexo, é importante ressaltar que não é só as áreas de matas que sofrem com o avanço do agronegócio, mas principalmente a vida dos animais.

Por fim, é importante destacar que a TI de Mangueirinha é um território demarcado, embora isso seja motivo de comemoração, por outro lado, acaba sendo um limite para os povos indígenas. Esta delimitação dos territórios indígenas foi instalada desde a época da “colonização”, onde também ocorreram diversos conflitos, resultando no extermínio de várias etnias indígenas (genocídio) e principalmente dificuldade a confirmação do seu direito à terra, que ao longo dos anos foram sendo tomadas pelo avanço do agronegócio sobre as terras indígenas. Conforme na descrição do autor Luciano (2006, p. 106, grifos nossos):

As terras indígenas regularizadas antes da Constituição de 1988 foram demarcadas, *na sua grande maioria e de forma muito reduzida*, a partir da ideia dominante na época de que os índios constituíam populações minoritárias sobreviventes, decadentes e transitórias, cujo único futuro era a integração total à “comunhão nacional”.

Atualmente o fato de parte dos povos indígenas do Brasil estar com seus territórios delimitados, acaba causando efeitos na natureza, pois antes do contato com o não indígena, tinham um território amplo para explorarem, sendo para a produção de seus mantimentos, reprodução cultural, entre outros. Segundo o autor Luciano (2006, p. 104):

Os povos indígenas precisam de espaços suficientes de terras para caçar, pescar e desenvolver suas tradições culturais e seus rituais sagrados que só podem ser praticados em ambientes adequados, diferente dos não-índios ocidentais, que vivem em casas e apartamentos patrimonialmente individualizadas e por meio de empregos, de comércio, de bancos, de outras atividades que não exigem espaço territorial amplo e coletivo.

Como não possuem mais uma grande área, um território amplo para a prática cultural e de subsistência, acabam atuando no local em que reside, isto é uma causa preocupante para o meio ambiente, pois antes mudavam constantemente tanto para morarem quanto para produzirem e fazerem roçadas, hoje, como tem uma área delimitada acabam realizando o ato por falta de opção. E em meio as mudanças que vem ocorrendo na terra indígena de Mangueirinha, a maioria dos indígenas precisam compreender que a área está destinada a preservar as matas nativas.

Por isso é importante discutir com os indígenas de Mangueirinha sobre um meio sustentável de vida, para que assim, haja preservação dos recursos naturais do território a partir dos próprios indígenas. Pois, em meio às mudanças do modo de produção capitalistas, presente nas terras indígenas e ao redor delas, ameaçam principalmente a biodiversidade que existe naquele determinado lugar, com isso ocorrem modificações ambientais, como o desmatamento, que apesar da vasta perda de diversas espécies de animais, também propicia a eliminação por completo de espécies de plantas nativas (ANDREOLI *et al*, 2020, p. 459).

Na TI de mangueirinha existe um órgão responsável pela fiscalização e cuidado das matas, mas não é suficiente para a prevenção de desmatamentos, queimadas e caça ilegal. Todavia é necessário que primeiramente haja participação mútua do cacique e das lideranças sobre os acontecimentos dentro da terra indígena, como são consideradas pessoas sábias e superiores que as demais para tomarem decisões sobre qualquer artefato em uma terra indígena, cabe a elas escolherem o que fazer ou não.

Contudo, mesmo que tomem decisões drásticas, como a proibição do corte de árvores, ou até mesmo a caça ilegal, os mesmos não deixariam de acontecer

dentro da TI. Pois, há acessos para entrar na comunidade de todos os lados, até mesmo aqueles que moram perto da rodovia, relatam que, aparentemente, muitas vezes na madrugada escutam caminhões saindo da comunidade, cheio de toras de pinheiros.

De fato esta pesquisa mostra o quanto a cultura do branco vem afetando o modo como os indígenas veem se relacionando com a terra. Como afirma o autor Kayapó, em Memória da Mãe Terra: “As florestas foram cedendo lugar ao pasto e a monocultura, os animais foram desaparecendo e os humanos foram se desapegando das forças da natureza.” (HÃHÃHÃE; KAYAPÓ, 2014, p. 12).

#### 4. TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA E O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

O modelo da agricultura indígena tradicional está presente no dia a dia dos povos indígenas, desde o modo de fazer agricultura de seus ancestrais. Há inúmeras formas de se fazer a agricultura indígena, especialmente a partir da relação do próprio indígena com a natureza com vistas e permanecer no lugar. Segundo Alves, “antes da colonização, o manejo que os índios faziam de seus ecossistemas sustentava muito mais gente do que se costumava pensar” (ALVES, 2001, p. 06).

Entretanto, existem diferenças no modo como o indígena trabalha sobre a terra, variando de região para região, de uma cultura para a outra, com isso, são adotados manejos, técnicas, conhecimentos, para que assim os povos indígenas vão construindo experiências, tais como, a domesticação e circulação das plantas, para que conseqüentemente, possam aplicar no modo como fazem sua agricultura.

Além disso, Alves (2001, p. 06) fala que os povos originários, desde então, usam seus conhecimentos baseados na sua crença, tanto para o manejo de plantação, como para outros fins.

Muitas tribos indígenas dominavam sistemas sofisticados de produção que incluíam desde conhecimentos de calendários agrícolas baseados na astrologia, até sistemas de seleção e manejo de solos e diversificação de culturas.

Com isso se observa que todo o processo da agricultura tradicional indígena é baseado a partir de conhecimentos tradicionais de cada povo e também por determinadas imposições da natureza.

Todavia com a evolução da agricultura não indígena, muitos povos indígenas passaram a utiliza-la como meio de sustentação financeira, como por exemplo, na Terra Indígena de Mangueirinha. Onde utilizam a monocultura, principalmente da soja e do milho, como uma das principais plantações que interessa economicamente e financeiramente a algumas famílias da comunidade.

Na Figura 03 é possível identificar a agricultura comercial desenvolvida na TI.

**Figura 03:** Fotografia da propriedade do entrevistado 01 em dia de colheita mecanizada do milho – TI de Mangueirinha.



**Fonte:** Foto de Patrick Baptista, 2021.

Neste sentido, cabe enfatizar um pouco deste modelo de fazer agricultura, hoje denominado como agronegócio, que foi ao longo dos anos, gerador de graves conflitos fundiários por disputas de terras indígenas. E, com isso, veem empurrando a agricultura tradicional indígena e ocupando espaços não somente aos arredores das TIs, mas estando presente dentro dos territórios indígenas.

O modelo de produção agrícola, denominado de agronegócio, passou por diversas transformações. Segundo Fernandes e Welch (2004, p. 01):

O Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo passa por adaptações e modificações tecnológicas, territorializando-se, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e do homem.

O termo agronegócio foi disseminado amplamente recentemente, em 1990, caminha junto ao desenvolvimento da modernização técnica da agricultura. Além disso, o agronegócio é considerado por uma parte da população como um dos propulsores da economia no país, o que dá a ele lugar de destaque na agenda econômica e política estatal. Contudo, para Fernandes e Welch (2004, p. 02), este novo termo é uma tentativa de mudar a imagem do latifúndio, que carrega em si uma

história de exploração, de “trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico”.

O atual estágio do agronegócio demonstra que ao longo do tempo as práticas agropecuárias passaram por diversas transformações, deixando de ser mera prática para sobrevivência e se transformando em atividade produtora de mercadorias, para posteriormente gerar lucro. Todavia, essas mudanças não aconteceram por acaso, “essas transformações resultam da forte atuação do Estado e do capital financeiro, que, a partir da metade do século XX, através da modernização do campo, mudaram o cenário agrícola do país” (FERREIRA *et al*, 2019, p. 68).

Os autores Ferreira *et al*, (2019, p. 70) ainda acrescentam que:

O projeto estatal de modernização do território brasileiro introduziu sistemas técnicos de produção inovadores que utilizam maquinários importados, produtos químicos e novos tipos de sementes, modificando o espaço e o tempo da produção agrícola assim como a divisão e organização do trabalho no meio agrícola.

O agronegócio é um modelo de produção que privilegia a acumulação de capital, beneficiando uma pequena parcela de produtores rurais, mas no geral é gerador de desigualdades sociais no campo. Fernandes e Welch (2004, p. 01) afirmam que o agronegócio é apenas uma tentativa de renovar a imagem da agricultura capitalista, “é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”.

Embora o agronegócio venha com essas representações da sua supremacia econômica, cabe ainda ressaltar que ele acarreta diversas desigualdades territoriais na apropriação de terras indígenas, camponesas e quilombolas, na subsistência dessas famílias e também na exclusão desses povos do direito sobre a terra, como afirmam os autores Fernandes e Welch (2004).

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio.

Diante deste cenário, no qual predomina o avanço do agronegócio, foi desenvolvido este trabalho de pesquisa. Com o objetivo de compreender o avanço do agronegócio sobre a Terra Indígena de Mangueirinha e compreender minimamente as consequências deste avanço. Portanto, torna-se importante analisar o conteúdo das entrevistas, o que faremos a seguir.



Os três entrevistados residem na Terra Indígena de Mangueirinha desde que nasceram. Suas famílias têm em média de três a cinco membros. O tamanho da área destinada para o cultivo, segundo o primeiro entrevistado, é de 96 hectares. Já a área do segundo entrevistado é de 20 hectares, por fim, a do terceiro é de 41 hectares.

Todos os entrevistados afirmaram que compraram as terras que cultivam de outros indígenas, não tendo sido eles que abriram a área para plantação, portanto, afirmaram não saber como a área foi aberta e o destino da madeira retirada.

Entretanto, um entrevistado citou em sua fala que há pessoas dentro da comunidade que realizam a abertura de novas áreas para plantio, usam para isso maquinários, como trator e esteira, que é realizado todo um trabalho sobre a terra, como, o manejo da limpeza da área, o que também favorece na retirada de nó dos pinheiros já em decomposição. Também mencionou que outros preferem aderir a abertura de áreas através do fogo, afirmando que: “aqui em Mangueirinha é utilizado bastante essa prática do fogo pelos indígenas para abrirem novas áreas. O pessoal vai lá taca o fogo primeiro e depois usa como desculpa” (Entrevistado 01).

**Figura 04:** Fotografia de um trator esteira limpando uma área queimada na TI de Mangueirinha



Fonte: Foto de Patrick Baptista, 2020.

O mesmo entrevistado falou que o motivo do uso do fogo é os altos cultos com aluguel de maquinários para realizarem grande parte do serviço de abertura de novas áreas. Normalmente é utilizado um trator, uma esteira e uma pantaneira, o que exige dinheiro para aluguel, então a utilização do fogo é comum, inclusive depois se utiliza o argumento de “fogo accidental”, para justificar a queimada.

**Figura 05:** Fotografia de uma área queimada na TI de Mangueirinha



**Fonte:** Foto de Patrick Baptista, 2020.

Sobre as áreas de lavoura utilizadas pelos entrevistados, eles afirmaram que são de uso individual e de exploração particular. Neste caso, elas assumem o sentido de propriedade privada, mesmo não sendo possível a emissão de títulos de propriedade dentro da terra indígena.

Além disso, uma parte das terras cultivadas são arrendadas, os três entrevistados afirmaram que uma parte de suas terras são arrendadas de outras famílias indígenas. O motivo do arrendamento para os “proprietários” é devido a falta de recursos para explorá-las, já para os indígenas que as arrendam é uma possibilidade de acesso às terras sem a necessidade de possuírem grandes recursos financeiros para comprá-las.

No que se refere ao trabalho, entre as famílias indígenas, como é o caso dos entrevistados, as pessoas que trabalham nestas áreas são da própria família.

Quando muito necessário, complementam com mão de obra contratada, neste caso, pagam por dia pelo trabalho de familiares que não residem na propriedade e amigos residentes na TI.

Entre os tipos de cultivo e criações presentes na TI e que são destinados ao comércio destacam-se: na grande maioria a soja, o milho e feijão; apenas um entrevistado planta trigo. Para consumo próprio eles guardam parte do feijão e o milho, sendo o milho utilizado para a alimentação de suas criações e para “trocas” ou venda para outros indígenas na própria TI.

Somente dois tem criação de animais, como porco e galinha, para o consumo próprio, e também hortaliças, estas sempre plantadas aos redores das casas, como pode ser visto na Figura 06.

**Figura 06:** Fotografia da horta na TI de Mangueirinha



**Fonte:** Acervo Pessoal de Marcio Kokoj, 2019.

O destino da produção comercial de soja e o trigo são as cooperativas das cidades de Coronel Vivida (San Rafael), Chopinzinho (Cerealista do Pan) e Mangueirinha (Coopertradição). O feijão e o milho também são comercializados, mas grande parte é guardada para as próximas plantações e “trocas”, que são realizadas para obter produtos como: porco, galinha e outras sementes.

Como esperado, afinal o modelo produtivo do agronegócio tem avançado sobre os territórios dos povos originários, os produtores indígenas da TI

Mangueirinha usam fertilizantes, insumos e agrotóxicos industriais nas suas produções. Pois, segundo eles, usam todos os produtos químicos, desde o adubo, venenos, até a semente selecionada e tratada, já que “se não usar agrotóxicos nas plantações, não produz” (Entrevistado 01).

Contraditoriamente, apesar disso, todos afirmaram ter interesse em plantar árvores frutíferas, mais próximo de suas casas para a alimentação da família. Isso revela uma situação de conflito, pois os indígenas inseridos no processo de produção do agronegócio mantêm sua cultura e modo de vida, pautado na relação com a natureza fornecedora de condições para a vida. Certamente, que isso poderá mudar com o tempo, resultado da consolidação do modelo agrícola “modernizado” no território indígena.

A floresta é sem dúvida uma extensão da vida indígena, por isso a derrubada para abertura de área de lavoura é uma preocupação a ser considerada. Pois, os entrevistados confirmaram que utilizam recursos da mata para uso domésticos, como, a madeira desvitalizada, sendo elas principalmente do pinheiro araucária, já caído, ou derrubado por condições climáticas, para fabricação de casas, cercas, e na retirada de palanques para fazer chiqueiro e barracão.

Por fim, cabe destacar o resultado das duas últimas perguntas do questionário, sobre a importância da demarcação da terra indígena, em específico de Mangueirinha, e sobre o interesse dos vizinhos “brancos” sobre a terra. Os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que há interesse dos fazendeiros sobre a terra indígena, pois a terra indígena é composta por solo produtivo para a agricultura, como destacaram. Além disso, há interesses sobre as fontes de água e na mata propriamente dita, fonte de madeira de alto valor de mercado.

Todavia, todos os entrevistados avaliam ser de grande importância a realização da demarcação na terra indígena de Mangueirinha, pois gera benefícios para os indígenas. Pois, a área ao longo dos anos vem sofrendo graves modificações em relação ao seu tamanho.

Como se pode ver, o avanço do agronegócio na TI Mangueirinha se dá por duas frentes. Uma delas é dominando o modelo produtivo, estendendo para a agricultura indígena os processos produtivos altamente dependentes de insumos industriais e de destino meramente comercial. Por outro lado, o agronegócio busca a tomada do território indígena, neste caso os fazendeiros vêm se apropriando de áreas da TI, até mesmo, mudando as divisas (entre a terra indígena e a não

indígena), para que assim haja aumento das suas áreas de plantio, avançando sobre território indígena.

Espera-se que esta pesquisa demonstre parte destes processos, e sirva de instrumento de luta a favor da Terra Indígena Mangueirinha. Uma vez que, a mais de 521 anos, povos indígenas veem lutando contra projetos de leis e desgovernos que ampliam o desejo de usufruir de seus territórios. O resultado é a violação do seu modo de vida, de seu território, seja pela entrada do agronegócio, como é o caso da TI de Mangueirinha, seja como acontece em tantos casos pelo país, onde os povos indígenas sofrem com o avanço do garimpo, a mineração e da grilagem de terra.

Com isso é de extrema importância o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas no país todo, para que garantam aos povos originários o direito sobre seus territórios, seu modo de vida, suas tradições e sua ancestralidade, visto que, mais que um direito aos povos indígenas é um direito à vida.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho concluímos que o agronegócio é um modelo agropecuário que avança sobre os territórios indígenas. Em alguns casos se territorializando e expulsando os indígenas, mas em outros, dominando a maneira dos indígenas fazerem agricultura, ou seja, monopolizando o território.

As entrevistas permitiram identificar o processo de entrada exploratória do agronegócio sobre a TI de Mangueirinha, processo lento e constante. A produção da soja, por exemplo, está no interior da TI, como também está nos arredores, pois muitos que fazem parte das divisas da TI são grandes fazendeiros, e com isso há uma influência sobre o indígena.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que a derrubada da mata de araucária para abertura de terras agrícolas está diretamente ligada ao avanço do agronegócio no país. A produção comercial de *commodities* está presente na TI, reproduzindo modos de fazer agricultura totalmente diferentes dos modos tradicionais indígenas, acarretando tanto destruição do meio ambiente, quanto mudanças culturais e sociais nos povos indígenas.

Neste sentido, verificou-se que está ocorrendo na TI de Mangueirinha a abertura de novas áreas para plantação, na maioria das vezes com uso das queimadas e do desmatamento. Por isso, espera-se que esta pesquisa demonstre a importância de conhecer a história da TI de Mangueirinha, seu povo e sua ancestralidade. Assim como, compreender que os povos indígenas Taquara/Itararé contribuíram historicamente na expansão das matas de araucárias na região sul, o que de certo modo, faz com que hoje na TI de Mangueirinha tenha diferentes tipos de plantas e animais, devendo então ser preservada.

Por fim, com base nos estudos teóricos e no diálogo com os entrevistados, não é possível deixar de mencionar a necessidade de estudos mais aprofundados sobre essas questões, indicando a possibilidade de novas pesquisas.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, R. N. B. Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia. **Embrapa Amazônia Oriental**. Belém, 2001.

ANDREOLI, Cleverson. V; ANDREOLI, Fabiana de Nadai; PICCININI, Cristiane; SANCHES, Andréa da Luz, **Biodiversidade: A Importância da Preservação Ambiental para Manutenção da Riqueza e Equilíbrio dos Ecossistemas**. Coleção Agrinho, p. 443-463, Disponível em: [www.agrinho.com.br](http://www.agrinho.com.br) Acessado em: 09.12.2020.

FERREIRA, A. B. R.; TOLEDO, M. R.; PEREIRA, G.; RESENDE, F. C. O agronegócio no Brasil: uma breve revisão histórica e conceitual. **Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários**. n. 50, 2019.

FERNANDES, B.M.; WELCH, C. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. In: **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Gramado, 2004. [CD-ROM].

HÃHÃHÃE, Mayá T. P; KAYAPÓ, Edson. Respeitar a Mãe Terra. A Mãe-Terra Provedora da Vida. In: PANKARARU Maria *et al* (Orgs.). **Memória da Mãe Terra**. Bahia: ONG Thydêwá, 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Mapas: Regiões Geográficas (Lei Estadual 15.825-08) – Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/> Acessado em 09 de abril de 2021.

IRIARTE, J.; BEHLING. H. The expansion of Araucaria forest in the Southern Brazilian highlands during the last 400 years and its implications for the development of the Taquara/Itarare Tradition. **Environmental Archaeology**. V.12, n.2, 2007.

LUCIANO, G. dos S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da educação; Secretaria da educação continuada; Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X. O problema do desmatamento da floresta com Araucárias considerando escalas de tempo mais amplas. In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. Org. **Colonização, conflitos e convivência nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

KATZ, L.; MENDONÇA, S. (Orgs.) **Rincões e Querências**. O Brasil Meridional. Rio de Janeiro, 1996-1997.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Inventário Florestal Nacional: principais resultados: Terra Indígena Mangueirinha**. Brasília/DF: MAPA, 2019. (Série Relatórios Técnicos – IFN).

SILVA, Elisângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, 2018.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. 1° ed. Curitiba: Juruá, 2012.

SOUZA, José Gilberto. **A Questão Indígena: Acumulação por Espoliação e Monopolização do Território (A economia política do agronegócio)**. Joao Pessoa: Prima Facie: V. 12. P. 1-42. 2013.

SOUZA CASTRO, Paulo Afonso. **Ângelo Cretã e a Retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil**. Curitiba, 2011.

SCHWINGEL, Kassiane; LAROQUE, Luis Fernando da Silva; PILGER, Maria Ione (Orgs.) **Jamã Tý Tãnh. Ig Vênh Vêj Kaingag. Morada do Coqueiro**. Jeito de viver Kaingang. São Leopoldo: Oikos, 2014.

VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco. **Colonização, Conflitos e Convivências nas Fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Porto Alegre: Chapecó, Ed. UFFS, 2015.

ZENERATTI, Fábio Luiz. Propriedade e latifúndio: Introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, V.27, n.50, P. 441-454, 2017.



## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO

#### A) IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

1) Há quanto tempo o senhor(a) reside na comunidade?

2) Número de pessoas que fazem parte da família (residem na mesma casa)?

Primeiro Nome	Parentesco	Idade	Trabalha (Sim ou Não)	Explique onde trabalha e com que trabalha

#### B) ABERTURA DA ÁREA DE PLANTAÇÃO, PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

3) Há quanto tempo que a terra foi aberta para a plantação? Quanto tempo o senhor planta aqui? O senhor foi o primeiro a plantar aqui depois da área aberta?

4) Qual o tamanho da área aberta para plantação?

5) Como foi a abertura da área para cultivo?

6) A sua área de lavoura é individual? Ou coletiva? Quem trabalha nela? (Família: Pai, mãe, filhos, etc). Tem empregado assalariado ou por dia? Esses empregados são indígenas da TI ou são não indígenas?

7) Quais os tipos de cultivos e criações o senhor tem aqui? Qual e o tamanho da área destinada para os cultivos? O que é comercializado e o que é para consumo próprio?

<b>Cultivo</b> (soja, horta, porco, etc.).	<b>Área</b>	<b>Destino</b> (consumo ou venda)	<b>Volume da produção</b> Especificar: mensal ou anual?

8) Para quem é vendida a produção da sua lavoura? Vendem entre vocês indígenas (troca), ou só para fora?

9) Usa algum tipo de insumo na lavoura (agrotóxicos; adubos; sementes selecionadas)?

10) O senhor tem interesse em fazer plantio de árvores ou frutas? Quais e por quê?

11) O senhor utiliza algum recurso da mata como uso doméstico? (árvore caída) para fazer cercas, casas, vasos etc. Ou outro tipo de recurso da mata.

12) Qual a importância para o senhor da para a demarcação da TI indígena de Mangueirinha? (Os indígenas ganham ou perdem com isso, porque).

13) Sabe dizer se há interesses dos vizinhos não indígenas sobre as terras da TI?